

SESSÕES DO PLENÁRIO

109ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de dezembro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Leitura do Expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Carlos Ubaldino, comunicando que esteve ausente nas sessões dos dias 10 e 11/12/2014 devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Há sobre a mesa um requerimento:

(Lê) *“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 8.232/2014, para o Projeto de Lei nº 21.010/2014, e o Projeto de Lei nº 21.007/2014, todos de autoria do Poder Executivo.”

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, são dois motivos para esta questão de ordem. Primeiro, gostaria que V.Ex^a detalhasse do que se trata os projetos que enumerou. Depois farei a segunda parte da questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- V.Ex^a será atendido.

O requerimento de urgência é para o Projeto nº 21.010/2014, de autoria do Poder Executivo, que altera as Leis nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, e nº 11.631, de 30 dezembro de 2009, e dá outras providências. Trata-se de uma matéria tributária.

O Sr. Gaban:- Pois não. Esse aí naturalmente é aquele com que querem mais uma vez prejudicar toda a população baiana, aumentando a alíquota do ICMS para o combustível. A gente tem que alertar porque, quando tem um aumento, por exemplo, Sr. Presidente, no transporte, vejo estudantes se mobilizando, sindicatos se mobilizando, todo mundo se mobilizando. Mas na hora em que o governo está querendo aumentar uma taxa, e tenho aqui, já adiantei, mas ele insiste... O meu advogado já vai entrar com uma ação, porque é inconstitucional este projeto. Estou com cinco pareceres de cinco ministros diferentes em cinco ações que foram ao STF. Então acho prudente... Um governo que só quer aumentar os impostos aqui em nosso Estado, e vou provar isso, inclusive nesta Reforma Administrativa que também está em pauta... Este projeto da urgência é inconstitucional. Querer aumentar o ICMS do combustível e naturalmente o preço dele para o consumidor que têm veículo?! Daqui a pouco vão aumentar também, óbvio, o valor da passagem do ônibus, apesar de não estar tratando de diesel. Aí, quem vai se ferrar mais uma vez não é só quem tem veículos no Estado da Bahia. Hoje o poder aquisitivo melhorou, muita gente tem veículo e vai-se penalizar por conta da má gestão do governo do PT.

Estou alertando, é inconstitucional. Acho desnecessário o governo querer aprovar, mais uma vez, a urgência de um projeto que é inconstitucional. Adianto que vou ler as cinco inconstitucionalidades já definidas pelo Supremo Tribunal Federal. Então é desnecessário, uma perda de tempo, votar um projeto que sabemos que não vai dar em absolutamente nada.

O segundo, naturalmente, deve ser a Reforma Administrativa. Solicito, Sr. Presidente, já que precisamos hoje debater este assunto e temos as Galerias cheias, uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão. O objetivo desta

verificação, Sr. Presidente, é apenas para que os deputados que estão ainda envergonhados de vir aqui para prejudicar os servidores públicos da Bahiatursa, da EBDA, da Ebal, de todos os órgãos que serão extintos não se sintam assim. Eles terão de vir a este Plenário mais tarde. Então venham para debater. Eu quero é debater para ver se, pelo menos, eles sabem o que está sendo votado e de que forma vão prejudicar os funcionários públicos. (Palmas!)

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Deputado Aderbal, primeiro o deputado Rosenberg Pinto, depois V.Ex^a.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem, inclusive informei ao Líder do governo sobre essa matéria que o deputado Gaban pautou aqui. Nós entramos em entendimento naquelas cobranças das taxas militares, e provavelmente sinto que em alguns casos precisam ser ajustadas. Por exemplo, não faz sentido uma pessoa que quer credenciar uma empresa de clínica pagar R\$ 120,00 e você trocar uma habilitação também pelo mesmo valor de R\$ 120,00. Acho que a empresa, para se credenciar, tem de ter um valor diferenciado a maior nesse sentido.

Além do mais, informei ao Líder do governo que estamos debatendo e ontem começamos a pautar na Bancada do Partido dos Trabalhadores o aumento da alíquota para a gasolina. Nós já temos aqui entre todos os Estados a maior taxa da gasolina. Se essa proposta não tiver um debate mais aprofundado, podemos ter o Estado ampliando o aumento da alíquota do ICMS com relação à gasolina. Isso traz um problema muito grande, pois já recebi os Sindicatos dos trabalhadores em postos de combustíveis, dos distribuidores de combustíveis, e todos levantando uma determinada preocupação. Então, vamos votar a urgência hoje com relação a essa questão, mas já informei para o Líder do governo que nós precisamos sentar para discutir o conteúdo deste projeto, que na minha opinião precisa de alguns ajustes necessários.

Quero divergir do deputado Gaban, pois acho que a Reforma Administrativa que o governo apresenta é muito ampla e reduz custos para o Estado do ponto de vista da fusão e adição de Secretarias. Toda a discussão que tivemos com o governo até agora foi no sentido da garantia de que não houvesse prejuízo para os trabalhadores destas áreas, tanto da Bahiatursa quanto da EBDA e Ebal.

No caso da Empresa Baiana de Alimentos, especificamente, não se trata da extinção dela. A Ebal é uma empresa S.A., e como S.A. O Estado baiano tem uma participação acionária. O que está proposto aqui é que o governo estadual irá verificar a sua participação na Ebal, uma empresa de sociedade anônima. Ela não é uma empresa do Estado. É lógico que ele é o maior acionista.

Na questão da EBDA, nós solicitamos que houvesse um prazo alongado do ponto de vista da aprovação e da extinção dela para aqueles trabalhadores que não estivessem aposentados. E que pudesse ser criado um determinado banco de dados para esses trabalhadores serem, através da SAEB, utilizados nas empresas que irão fornecer assistência técnica para os diversos projetos do Estado.

No que diz respeito à Bahiatur, também é uma discussão de não se trazer prejuízo para o corpo de trabalhadores da empresa.

Então, eu queria dar essas explicações e pedir a V.Ex^a que marque o tempo regimental para fazer a verificação de quórum, mas também pedindo uma ponderação ao deputado Gaban, pois nós estamos no Pequeno Expediente e sempre foi um acordo pedir verificação de quórum ao final dele para que possamos ter esses debates.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Pela ordem o deputado Aderbal Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é na mesma direção. Queria pedir a V.Ex^a que nesta verificação de quórum pedida pelo deputado Gaban fosse aberto o prazo de 15 minutos regimentalmente e o senhor fizesse soar as campainhas para que os Srs. Deputados que estão na sala do cafezinho, nos corredores ou em seus gabinetes possam comparecer, respondendo este chamamento para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- V.Ex^a também será atendido.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão formulado pelos deputados Gaban, Rosemberg Pinto e Aderbal Fulco Caldas. Convido a todos os deputados que estejam em quaisquer das dependências deste Poder para que se façam presentes ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Solicito que seja zerado o painel e se marquem os 15 minutos.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Estou gostando da tarde de hoje, Sr. Presidente. Ela já começa com o deputado Rosemberg Pinto estimulando o debate. Acho que é essa a finalidade. Estamos aqui para debater os temas que V.Ex^a tratou com relação à Ebal e à Bahiatur. Mas atarei, meu caro presidente, e o Líder, deputado Zé Neto... Aproveitando a questão de ordem feita pelo deputado Rosemberg Pinto, que todos sabemos que é oriundo da Petrobras...

Preste atenção! É duro falar com V.Ex^a, porque não presta atenção!

(O deputado Gaban se dirige ao deputado Zé Neto.)

Não querem debater, não debateremos! Falarei para a plateia, não para V.Ex^{as}. O que quero dizer é o seguinte: o deputado Rosemberg é oriundo da Petrobras. Conhece, como poucos na Casa, a estrutura e o funcionamento dessa empresa e já levanta uma série de questionamentos sobre esse projeto.

Tenho em mãos um levantamento que fiz. Não só está na Carta Magna nossa, na Constituição Federal... Tenho cinco decisões tomadas com relação ao Rio Grande do Sul, Paraná, a Pernambuco, e em São Paulo há duas questões idênticas a essa que o Supremo Tribunal Federal já considerou inconstitucional. Então, para que aprovar um projeto que é inconstitucional e tem vários outros artigos que já são questionados por uma pessoa que entende e já foi procurada, o deputado Rosemberg?

Acho muito mais prudente... Entrego-lhe uma cópia deste documento, e no

transcurso desta tarde V.Ex^a consulta a Casa Civil do governo, porque é inconstitucional. Talvez nós possamos entrar com um outro projeto retirando a inconstitucionalidade, porque...

O Sr. Zé Neto:- Dê-me.

O Sr. Gaban:- Darei até o original para V.Ex^a.

(...) votar um projeto sabendo que é inconstitucional é ilógico, é irracional. Corrige-se este projeto, fazem-se as ponderações, incluindo no novo projeto as que o deputado Rosemberg também está fazendo, e vamos votar por acordo de Lideranças, como fizemos em relação às taxas do Detran. Mostrei que eram dos despachantes, mostrei que a matéria era inconstitucional, o governo acatou a inconstitucionalidade, modificamos e aprovamos por unanimidade. É isso que solicito de V.Ex^{as}.

O Sr. Zé Neto:- Deixem-me passar uma informação para o deputado Gaban.

Quero ser bem tranquilo, e vou aproveitar para responder à Oposição. O deputado Carlos Geilson fez uma reclamação ontem. Deputado, estou caminhando. Quero inclusive dizer publicamente que até para mim havia uma certa confusão com aqueles cumprimentos, porque havia um acordo com a Oposição, que em bloco o fez, e um cumprimento com relação a ambulâncias e tratores. Alguns estavam reclamando. Então ficou que aquela anterior não havia sido cumprida para muitos, e aqui no governo também. São as dificuldades próprias do próprio governo, que tem até assumido isso publicamente.

Quero dizer a V.Ex^a que estou montando com o governo, numa ação institucional, e até o final da tarde de hoje já lhes acenarei com o cumprimento parcial do que estava ali, pelo menos para se aproximar do que foi feito com o governo. E, se V.Ex^a for ver o que tem de cumprimento na base governista, na maioria dos casos são 300 mil reais. Então, acho que pelo menos é criar uma proximidade com V.Ex^{as} e trabalhar para que hoje tenha isso.

Com relação a essa questão do deputado Gaban, quando ele me falou ontem ali na porta, eu já tinha pedido essas informações e estou trazendo para V.Ex^a até o fim da tarde também um outro posicionamento acerca de como vamos adequar a norma. Aqui cabe a adequação à norma.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Há quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, servidores da Bahiatursa, Ebal, todos os presentes, visitantes, quero iniciar falando, deputado Gaban, com relação a esses dois temas que pautou aqui.

Primeiro, a reforma do Estado. Acho que precisamos entender que esta que está sendo apresentada, é lógico, possivelmente tem erros. Mas ao longo do dia estamos trabalhando no sentido de fazer as devidas correções. Só que elatem a intencionalidade de fazer com que o Estado brasileiro saia da posição de ser

caracterizado como um Estado de uma burocracia interna muito grande, causadora das dificuldades para as empresas se implantarem nele por conta dos problemas com licenciamento, verificação da infraestrutura, etc. Ou seja, esta reforma pretende dar ao Estado agilidade nos processos para atender melhor a sociedade e fazer com que a população se sinta protegida em relação a ele, o que é papel dele.

Por isso, queria pautar algumas questões. Com relação ao Derba, é preciso entender que a ele está-se dando um entendimento de prestador de serviço para a sociedade no que diz respeito à ação de infraestrutura, mas para que esta possa ter uma característica muito próxima das características dum serviço hoje avaliado no Brasil inteiro como um dos melhores serviços prestados no País e que é aqui da Bahia: a metodologia do SAC. É nesse sentido que o governo debateu para que possa colocar o Estado na situação de um atendimento melhor para a sociedade do ponto de vista da infraestrutura.

Acabava de conversar com o deputado Rogério Andrade sobre as questões das Direcs, e é natural que tenhamos de entender que essa articulação educacional nas regiões cumpre um papel extremamente administrativo. Mas precisamos repensar isso para que, em vez de ser um instrumento da administração que a centraliza a administração, mas que fortaleça em cada região o conteúdo programático, educacional, de acompanhamento pedagógico, e não ser um instrumento de gestão administrativa, deputada Maria Luiza. É lógico que nós deputados estamos dizendo ao governo que precisa ter uma determinada flexibilidade para que a gente possa ter uma representação dessa em cada território de identidade. Estamos dialogando com o governo nesse sentido.

Agora, quero me dirigir aos trabalhadores da EBDA. Ontem sentamos com o governo aqui, e não há um deputado aqui a favor da demissão de trabalhador, seja da EBDA, da Bahiatursa, ou da Ebal. A questão é que estamos aqui para discutir qual o melhor formato que não venha trazer prejuízo para as famílias dos servidores do Estado. É esse o formato. Agora, eu tenho convicção de que o corpo dos trabalhadores da EBDA sabe que da forma como está colocado lá não tem funcionado. Não por falta de capacidade técnica dos servidores, mas, pela forma como ela foi estruturada e montada, não há resultado para a sociedade. O objetivo com a Ebal é dar a funcionalidade que ela merece e que os servidores merecem.

Ontem ficamos aqui a discutir e vimos que 355 servidores estão próximos da aposentadoria. Como é que vamos fazer para que esses trabalhadores da EBDA não tenham prejuízo com essa reforma. Ficamos ontem a discutir até às 10 horas da noite para garantir que a Secretaria da Administração possa pautar isso e garantir um mecanismo de esses trabalhadores serem absorvidos na prestação do serviço sem ter algum prejuízo.

Esse é o debate que quero ter aqui. Não adianta chegar aqui e ficar ofendendo outro deputado, porque aqui não tem nenhum deputado, da Situação ou da Oposição, que queira a demissão dos empregados do serviço público.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Carlos Geílson por 5 minutos.

(Alguns visitantes das Galerias se manifestam gritando.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Gostaríamos de informar aos senhores que não é permitida a manifestação com palavras enquanto há um deputado na tribuna. Por gentileza, só podem bater palmas. Manifestação com fala, não.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o discurso do deputado Rosemberg foi esclarecedor. Ele ficou ontem discutindo até às 10 da noite, prova, demonstração clara e inequívoca de que não podemos votar essa reforma a toque de caixa, como quer o governo.

(Palmas e gritos das galerias.)

Eles mesmos não chegaram ainda a um denominador comum, meu caro deputado João Carlos Bacelar, tanto que eles não sabem o que vão fazer, para onde vão os servidores, o que será do futuro dessas pessoas. Como é que aprova uma reforma desse jeito, sem que cheguemos à conclusão sobre o destino desses servidores?

Eu fiquei bem à vontade ouvindo o deputado Rosemberg Pinto. Deputado, como o senhor e os demais têm essa dúvida, a coisa não está clara, por que não deixamos de votar essa reforma agora, o governo apresenta os caminhos desses servidores, para onde eles serão remanejados, qual o futuro deles... (Palmas das Galerias.) Aí, sim, votamos a reforma...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Eu gostaria...

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado, o pessoal só está aplaudindo, não está vaiando. Não interrompa, por favor! V. Ex^a está presidindo a sessão, mas não pode interromper... Não pode interromper!

(Palmas das Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Deputado Carlos Geílson....

O Sr. CARLOS GEILSON:- Presidente, o Regimento não impede que as Galerias se manifestem em forma de aplauso...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Mas, aí, está tendo gritos...

O Sr. CARLOS GEILSON:- Não, senhor! Presidente! Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Só as palmas, deputado.

(As Galerias batem palmas.)

O Sr. CARLOS GEILSON:- Só está aplaudindo, só está plaudindo. Agora, como V. Ex^a é governista e está incomodado, eu peço à plateia dar-lhe uma salva de palmas. (Palmas) Vamos aplaudir o presidente. (Muitas palmas) Assim, V.Ex^a aprende a ser democrata, aprende a ouvir o contraditório e aprende a ouvir as pessoas que pensam de forma contrária. Se V.Ex^a serve ao governo, serve de forma cega. Então, deve respeitar aqueles que pensam de forma contraditória. A plateia está aqui. O

senhor, deputado, está muito bem sentado nesta cadeira, mas não está na pele desses servidores (palmas) que estão sofrendo (palmas), que não sabem qual é o seu destino.

Então, é muito bom estar à vontade e fazer a vontade do governador, porque há os seus benefícios e, ao mesmo tempo, está contra a vontade desses homens e dessas mulheres que, ao longo do tempo, prestam serviços ao Estado e, agora, estão sem saber para onde vão ou o que vão fazer. (Palmas.)

Deputado Arimatéia, pense no destino de 2 mil servidores da Cesta do Povo. V.Ex^a, deputado Arimatéia, renovou o seu mandato merecidamente. Mas esses servidores, agora, no Natal e na virada do ano, não sabem qual o destino deles. Muitos estarão demitidos ou no olho da rua sem saber o futuro de suas famílias. Eles têm escolas para pagar, têm seus compromissos. Muitos desses servidores serão demitidos de forma truculenta por um governo que não ouve e por um governo que não dá o direito de debater. Este mesmo governo usa esta Maioria; inclusive, V.Ex^a faz parte dela. O governo usa o rolo compressor e passa por cima da Minoria. (Palmas.) Somos, sim, Minoria, mas queremos o debate.

E ficou muito claro, aqui, na fala do deputado Rosemberg Pinto, caso V.Ex^a não tenha ouvido. O deputado elencou pontos contraditórios desta reforma. Tanto isso é verdade que, ontem, os deputados do governo ficaram, aqui, discutindo até as 22 horas.

E eu faço a pergunta: para onde vão esses funcionários? Qual será o destino dos servidores da EBDA que estão prestes a se aposentar? Qual será o destino dos servidores da Ebal? Cerca de 2 mil estão ameaçados de demissão.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Enquanto isso, o peru, na sua casa, será gordo. Mas, na casa deles, desses funcionários, faltará o peru (palmas) e faltará a tranquilidade. (Palmas)

Portanto, vamos abrir o debate e não votemos esta reforma, porque esta é uma reforma draconiana e prejudicial aos interesses desses servidores.

Votar contra a reforma, deputado Arimatéia, não é dizer como o governador vai administrar o Estado, mas é preservar direitos adquiridos desses servidores ao longo do tempo. (Muitas palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as}. Deputadas, senhores que honram as Galerias Deputado Paulo Jackson com vossas presenças, lamentavelmente, em busca dos vossos direitos e, portanto, incomodados pela arrumação do Estado e todos os que nos escutam através do Canal Assembleia e da Tribuna de Imprensa, cumprimento todos.

A Bíblia é um livro de todos, independente de religião. Ela diz no seu Salmo

133: “Oh!, quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.” Abaixo diz que “onde tem a união, ali Deus ordena a vida e a bênção para sempre”.

Sou deputado estadual, o segundo mais votado na Bahia pela mão de Deus, através do povo bom e honesto que votou em mim. E aqueles, que não votaram em mim, não deixaram de ser bons ou honestos, apenas tinham os seus compromissos feitos. Sou o mais votado na capital, graças a Deus. Tudo isso é a mão de Deus. Tudo isso é o respeito do povo baiano não por um doido. E se doido eu for, sou doido por Jesus. Tenho dito às oligarquias, tenho dito aos perversos, tenho dito aos poderosos de plantão que é melhor ser doido do que ser ladrão!

Preciso dizer que poderia tratar, aqui, do tema das drogas e de outros temas como a violência. Mas, como deputado eleito para mais um mandato, não poderia deixar de lutar e gritar a voz dos oprimidos. Assim, a Bíblia diz: “Grite a voz de quem não pode gritar.”

Ali, estão os verdadeiros responsáveis pelos nossos mandatos. É muito bom um doido, como eu, ser chamado de excelência. Mas, para eu ser excelência, ali tem vários que são mais excelências do que eu, porque me transformaram ao votar em mim.

A Bíblia diz que “quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.” Está-se dizendo que os irmãos e o governo têm de viver em paz. O governo tem o papel de pai, paternal, ou seja, de guardar, cuidar e zelar.

Conhecendo bem o governador Rui Costa, conhecendo a sua proposta, olhando o seu semblante em suas pregações nos palanques, tenho certeza de que, jamais, o governador, nem os deputados do Governo nem da Oposição abandonariam a luta de vocês, funcionários públicos, concursados ou não, porque são funcionários que têm a vida de vocês arrumadas e que têm, em casa, uma família e que não podem, de uma hora para outra, serem descartados.

Então, tenho a convicção, qual seja, quando esta Casa quer, ela consegue tudo, até na madrugada. Se nós, se o presidente desta Casa, se o Líder do governador do Estado, se o Líder da Oposição, se todos nós ajudarmos, conseguiremos, pacificamente, fazer S.Ex^a, o futuro governador, homem estribado, homem conhecido pelo seu trabalho, entender ser possível, sim, achar uma fórmula da unidade e da paz.

Poderíamos sugerir a S.Ex^a, o governador, pegar esses funcionários e dividi-los nas demais secretarias do Estado, nas autarquias do Estado. (Palmas) Até porque, como foi dito aqui, nós já temos aqueles que deram aço para o Estado andar e já estão para se aposentar. E temos aqueles outros, jovens ainda, que acreditaram neste Estado e, possivelmente inclusive, fazem parte dos eleitores que votaram em nosso governador e, portanto, votaram em cada um de nós, deputados.

Então, mesmo com a voz doida, gostaria de fazer um clamor nesta Casa, um clamor, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Líder do Governador, Líder de Oposição. O meu clamor é que deixemos, inclusive, a politicagem, deixemos, inclusive, o palanque eleitoral, porque a campanha já acabou. Tratemos este assunto debruçados nele como pais de família que não gostariam de estar no lugar daqueles que ali estão.

(Palmas). E, em vez de dificultarmos e em vez de “proselitizarmos” o assunto, botemos eles no fraterno.

Estamos no mês de dezembro. Este é o mês que diz que, no dia 25, nasceu Jesus. E, ao meu jeito, digo que Jesus nasce todos os dias em nossas vidas, principalmente quando um Parlamento, com suas lideranças, junto a um bom governador, ache a solução para, talvez, aquele que seria o maior problema, o mais duro golpe no servidor público e que tenho certeza que o governador Jaques Wagner, nem o governador Rui Costa, pois não é da nossa linhagem desprezar, abandonar e maltratar justamente aqueles que nos honram com seus votos.

Portanto, independente de partido político, independente de cor partidária, peço à Presidência desta Casa criar, imediatamente, uma comissão para...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) tendo em vista que eles são a parte frágil e, às vezes, têm dificuldade e precisam se manifestar. Sei lá mais o que estarão prontos, pois este é o seu direito.

Legítimo seria nós criarmos uma comissão para dar paz a este povo e buscar o governador para que, se ele já não tenha a saída, levamos a ele a proposta a fim de adicionar ou dividir o funcionalismo botando nas várias autarquias. Eles seriam distribuídos um pouco na saúde, um pouco na educação, um pouco na Embasa, um pouco em cada canto. Eu tenho certeza que o presidente desta Casa coaduna com esse pensamento e V.Ex^a que é um bom moço e um homem de Deus estará nos ajudando nisso tudo.

O Sr. Presidente (José de Arimatéia): - Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Para concluir, peço que Deus continue orientando esta Casa, no sentido de que tenhamos uma saída honrosa e um bom começo para o governo Rui Costa. (Palmas.)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (José de Arimatéia): - Pela ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, ouvi atentamente os dois Srs. Deputados que já usaram a Tribuna hoje. Primeiro o deputado Rosenberg, depois o deputado Carlos Geilson e agora o deputado Pastor Sargento Isidório. Todos na mesma linha de raciocínio, dizendo que os funcionários não podem ser prejudicados e muito menos demitidos. Solicito, como encaminhamento, que interrompamos esta sessão pelo prazo de 15 minutos, para que as lideranças possam sentar, governo e Oposição. A minha proposta já vou adiantá-la, seria a de que retirássemos da Ordem do Dia essa discussão do plano de cargos já que os três oradores, dois do governo e um da Oposição, se manifestaram, acham que não deve ter demissão, que deve ser ampliada a discussão. E qual a minha proposta? Interromperíamos a votação, marcaríamos já e,

se for o caso, até durante o fim de semana, audiências públicas, uma com os funcionários da Ebal, com os deputados desta Casa, outra com os funcionários da EBDA, com os da Bahiatursa, enfim com todos os órgãos que serão extintos. Assim, debateríamos profundamente e incluiríamos nessa reforma administrativa a não demissão. Porque discurso bonito é muito fácil, na hora da votação todos votarão com o governo. Seria a única forma de dar garantias.

Deputado Carlos Geilson, concordo com o que V.Ex^a colocou ali, assim como os demais. Mas V.Ex^a diz que alguns deputados aqui terão um Natal com um peru gordo, outros que estão ali nas Galerias com um peru magro. Mas acho que se tiverem uma galinha magrinha será muito para quem está desempregado. O que temos é que achar solução para isso.

Por isso proponho, Sr. Presidente, se não houver nada contra do governo uma interrupção de 15 minutos para ver se podemos mudar o encaminhamento da votação do dia de hoje.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (José de Arimatéia):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, não precisa suspender pelo seguinte: todas essas questões colocadas pelo deputado Gaban, pelo menos a maioria delas, serão contempladas. Na lei já consta a criação de uma comissão especial para estudar a questão da Ebal. A questão da Ebal pode ser parcial ou total, porque eram transferências de ações do governo. Na própria norma os trabalhadores estavam pedindo que houvesse essa garantia, e haverá, de que eles possam participar e acompanhar esses estudos.

No caso da EBDA, da mesma forma os desdobramentos também serão feitos e discutidos com os que estão lá esperando de nós um retorno, do ponto de vista dos diálogos. Na Bahiatursa, de todos esses grupos da mesma forma estiveram comigo os representantes. Eu disse que estamos marcando as reuniões, desde de ontem, dependendo aqui da agenda Assembleia Legislativa. Marcaremos com os grupos e com representantes do governo para fazer o desdobramento das decisões.

Hoje o que estamos fazendo são medidas mais gerais, medidas autorizativas. Essas medidas autorizativas não vão mudar porque são decisões de governo. No caso dos formatos, quero dizer a V.Ex^a que a reunião que eu tiver aqui posso convidá-lo. V.Ex^a sabe que nunca tive problema algum, quando faço reuniões de interesse público na Liderança, a Oposição é convidada. Não há problema em relação a essa questão.

Sobre a votação, queria dizer a V.Ex^a que até peço que tenhamos um pouco de bom senso, lembremos como se deu também a forma de votação na cidade do Salvador, não tivemos dificuldades. Como partido e como base de governo, que tem aliados também na Câmara Municipal, até porque nós achamos que tanto no município como no Estado urge nesse instante alterações de curso nos governos, e também acontecerá no governo federal, que resultem na otimização do Estado.

Então quero dizer aos grupos que estão presentes, alguns dos quais já estiveram

lá comigo, que tanto com a questão da EBDA, aliás, tenho um relacionamento histórico com os seus representantes. Estive com o Jonas ontem e disse a ele que tivesse tranquilidade do ponto de vista dos debates que se sucederão, até porque eu acho que com o formato que tem a Bahia vão ser fundamentais os trabalhadores da EBDA dentro desse novo contexto que nós estamos criando para o Estado de assistência técnica, até porque grande parte da memória e da ação concreta nas regiões vêm por parte da EBDA.

Quero dizer aqui que a nossa decisão é em função de um histórico que a cada dia se complica. Hoje, se você pensar, nós temos uma dificuldade até de conveniar com a EBDA em função das dificuldades históricas que se foram acumulando. Não é de agora que se teve essa ideia com relação a EBDA, mas vem governos anteriores, o deputado Gaban lembra quando era presidente da Casa e deputado de governo.

Quero dizer a V.Ex^a que da nossa parte haverá, como tem sido, toda uma abertura dos diálogos com relação a essas questões e com os trabalhadores.

Manter esse nível de respeito, de relacionamento, com os trabalhadores acho que é saudável para ambas as partes. De nossa parte vai haver todo esforço nesse sentido.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem também depois.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimantéia):- Questão de ordem para o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há pouco, o deputado Pastor Isidório disse que o governador Rui Costa é um homem estribado, rico, tem muita grana. Eu não sabia. Até então era sindicalista e tal, operário, mas ele disse que o governador Rui Costa é um homem estribado.

Deputado Zé Neto, essa proposta do deputado Gaban é uma proposta interessante. Suspendemos a sessão por 15 minutos... Deputado Zé Neto ...

O Sr. Zé Neto:- Olha, se for para esclarecer...

O Sr. Carlos Geilson:- Eu só pedi para V.Ex^a prestar a atenção.

O Sr. Zé Neto:- Estou ouvindo.

O Sr. Carlos Geilson:- O deputado Zé Neto só ouve o que lhe interessa. É o seguinte, o deputado Gaban fez uma proposta, porque Rosemberg aprontou equívocos nessa reforma. O deputado Pastor Sargento Isidório apresentou, segundo ele, que vai votar segundo o interesse dos servidores. O deputado Euclides Fernandes apresentou uma emenda à reforma. O deputado Rosemberg disse que, ontem, ficou aqui até as 10 da noite debatendo pontos conflitantes nessa reforma. Então o deputado Gaban propõe a suspensão da sessão por 15 minutos para que cheguemos a um acordo.

O deputado Zé Neto fala de uma comissão especial depois. Se o governo não cumpre acordos, o governo que deu a palavra, fez um acordo em 2012, renovou em 2013, V.Ex^a foi consoante a esse acordo, e não cumpriu, vai cumprir acordo depois da

reforma pronta? Ora, quem vai acreditar nessa conversa? É história da carochinha? (Palmas)

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia): - Olha eu gostaria de pedir a compreensão dos Srs. Deputados. A questão de ordem tem que ser para dar ordem aos trabalhos, tem que ser assuntos... Porque há um orador inscrito.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- É da ordem dos trabalhos mesmo, Sr. Presidente. Fui citado por mais de três vezes.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Pois não, deputado Sargento Isidório.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Ele pediu primeiro.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, eu queria deixar claro nesta Casa que eu não sou político camaleão, eu tenho lado. Eu sou vice-Líder do Governo do Estado, estou vice-Líder do governo do Estado, e não faço acordo de um lado e do outro, não trabalho como camaleão, não fico e cima do muro. Eu voto do lado do governo o tempo todo, mesmo que haja desgaste. Agora, o que eu estou dizendo nesta Casa é que nós não podemos fazer as coisas de forma inconsequente, quanto mais que eu tenho convicção que não é da estirpe do Zé Neto que é um homem também conhecido nas lutas, tem uma história grande, e do próprio governador a quem conhecemos, fazer as coisas com irresponsabilidade, sei que ele não fará. Mesmo que o projeto seja aprovado, o que estou propondo é que criemos uma comissão para manter acesa a luta e garantir o não desemprego dos companheiros que estão aí. (Palmas.)

Não tenho essa história de votar contra o lado que estou por causa de pressão popular. Até porque o governo é maior, até porque o projeto do governador Rui Costa visa o coletivo, visa o bem maior do Estado. O que estou dizendo é que há espaço dentro do projeto, da boa vontade do governador, para que, mesmo após aprovarmos, é claro que quem é Bancada do governo, e eu faço parte, vota com o governo, é natural, mas que criemos um escopo, criemos uma comissão paritária para acompanhar a boa vontade que já há no governador, no Líder do governo, deputado Zé Neto, e nos demais deputados de governo e de oposição. Para que sem política, sem partidismo, possamos dar um Natal de tranquilidade, que é a garantia dos direitos desses trabalhadores. (Palmas) É claro que sou deputado da Base do governo e não sou camaleão, não tenho dois lados, sou Base do governo, no dia em que não estiver na Base, eu anuncio, até porque sou estribado na palavra de Deus. (Palmas.)

O Sr. Gaban:-Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Inicialmente, gostaria de ouvir de público o pronunciamento do Líder do governo a respeito da proposta que fiz. Porque se o governo tem toda consciência de que não vai prejudicar ninguém, por que não faz isso através de uma

audiência pública? Por que não faz isso alterando um projeto? (Palmas.) Não tem o que esconder. Eu gostaria, deputado Zé Neto, de dizer a V.Ex^a que, se a palavra do Líder do governo dependesse somente dele, eu confiaria. Mas gostaria de lembrar aqui, deputado Carlos Geilson, de uma reunião que V.Ex^a mencionou, nos dois anos em que estive fora da Casa - 2012 e 2013 - em que participaram secretários de governos. César Lisboa veio aqui à Assembleia, participou de uma reunião com toda a Oposição na Casa e acertou com V.Ex^a que faria um tipo de emenda impositiva, que seria dada através de tratores a ambulâncias, para a aprovação do Orçamento de 2012 e depois 2013. Não cumpriu em 2012, não cumpriu em 2013. Quando cheguei aqui e vi essas proposições, tinha um acordo...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia): - Fundamente a questão de ordem, deputado.

O Sr. Gaban:- Estou fundamentando da mesma forma que os demais, me respeite, por gentileza, e não me interrompa.

Da mesma forma que isso foi feito no passado, não cumpriram o compromisso. Quando vi que tinha um outro acordo para votar um outro orçamento, que é esse em vigor em 2014, para fazer acordo para cumprir o que não foi cumprido? Não pode ocorrer isso.

Então, agora, deputado Zé Neto, é o histórico que V.Ex^a bem colocou, o histórico não depende de V.Ex^a, se dependesse, eu confiaria plenamente. Mas V.Ex^a acerta e o seu governo não cumpre. Esse que é o problema. E vejo que isso aí é tão relevante para quem está nas Galerias que, vejam, com exceção do presidente da Sedes, não tem nenhum sindicato representando e defendendo o servidor público. Sabem por quê? Porque eles confundem alinhamento político com o PT com representatividade da categoria, estão esquecendo. (Palmas.) Se não estão querendo se comprometer é porque sabem, e eles têm ciência, que no dia 31/05, antes do Rui Costa ser eleito governador, na Fieb, ele disse o seguinte: "Se eu chegar a ser governador, vamos privatizar a EBDA." Vocês sabem que eles querem privatizar a EBDA, querem privatizar a Ebal, sabe para quê? Para botar esses serviços através de ONG's, porque elas não têm fiscalização. É através das ONG's que sempre recebemos denúncias de desvios de dinheiro (Palmas.). O que tem que ter é um basta, ninguém pode mais tolerar essa corrupção e essa impunidade. Se o governo dessa vez estiver bem-intencionado, o cemitério está cheio de gente bem-intencionada, vamos transformar isso aqui votando no projeto e tendo a garantia. Se o secretário veio aqui, assumiu o compromisso com toda a Oposição e não cumpriu durante dois anos, como é que vamos acreditar na conversa do governo? O mesmo aconteceu com a emenda impositiva, que foi fruto de uma negociação para mudar a Constituição do Estado da Bahia, aprovando uma emenda impositiva pífia, pequena, de um milhão e duzentos. Está no Diário Oficial do Estado publicada a mudança da Constituição, e o que o Estado faz? Descumpre a Constituição, liberando de uma maneira mesquinha, de uma maneira covarde, de uma maneira antidemocrática a emenda impositiva para todos os deputados da base de governo, sem exceção, e não liberou para um deputado de

Oposição.

Então, quem age dessa forma na surdina, desrespeitando uma lei eleitoral que proíbe a liberação de recursos nessa época, não pode ter credibilidade, só tem credibilidade se colocar no papel e se nós votarmos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Gostaria de informar aos Srs. Deputados que têm que fundamentar a questão de ordem. Vai entrar o horário das lideranças, cada um vai ter o momento de falar. Por gentileza, fundamente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, o ilustre deputado Pastor Sargento Isidório fez um requerimento a V.Ex^a, solicitando a constituição de uma comissão.

Sr. Presidente Sandro Régis, o ilustre deputado Pastor Sargento Isidório fez um requerimento ao presidente solicitando a suspensão da sessão por 30 minutos, salvo engano, e a constituição de uma comissão para dialogar com os servidores e encontrar uma solução.

Então, a minha questão de ordem, e é questão de ordem, é no sentido de que a Mesa decida a questão de ordem do nobre deputado Pastor Sargento Isidório. O deputado Pastor Sargento Isidório fez um requerimento, apresentou aqui um requerimento e a Mesa precisa decidir se defere ou não o requerimento.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Sr. Presidente, acho que devíamos seguir os tempos regimentais. Pelo que ouvi do deputado Pastor Sargento Isidório, na verdade, ele não fez um requerimento, fez uma sugestão. Isso normalmente tratamos aqui nesses processos de anuência entre o Líder da Maioria e o Líder da Minoria com relação à suspensão de sessão para debater determinados temas aqui, e voltaríamos imediatamente.

Acho que nesse momento não faz sentido, temos tempo suficiente para usar os tempos regimentais, as dúvidas vamos tirar aqui. A equipe inclusive que dá a transição, deputado Pastor Sargento Isidório, está chegando aqui para tirar as dúvidas, e depois, se for o caso, podemos, numa combinação entre o Líder do Governo e o Líder da Minoria, buscar um possível entendimento. Da mesma maneira, fizemos isso com o apoio do Partido dos Trabalhadores na reforma da Câmara de Vereadores de Salvador, fizemos dessa maneira, ou seja, entendendo que foi feito com o objetivo de agilizar a estrutura da prefeitura de Salvador, da mesma maneira é o que se propõe aqui com essa reforma.

Então, no mesmo sentido, é dar continuidade, usar os tempos regimentais já que chegamos ao final do Pequeno Expediente. E, logo depois, se tiver essa necessidade, mas de comum acordo, entre o Líder da Maioria e o Líder da Minoria, aí faremos esse tipo de suspensão temporária da nossa sessão.

O Sr. Adolfo Menezes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Rosemberg Pinto, a Mesa foi provocada. Gostaria de saber do deputado Pastor Sargento Isidório se ele realmente

requereu essa questão dos minutos para que se crie uma comissão a fim de se debater essa questão dos deputados e dos servidores.

Sim ou não, deputado Isidório?

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Presidente, pedi, e reitero, que 5 deputados, ou seja, uma comissão seja tirada pelo Líder Zé Neto, pelo Líder da Oposição, pelo presidente desta Casa, para resolver. Que nos doemos – que é nossa obrigação – para resolver daqueles que não estão no prédio...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Mas isso não impede o seguimento da sessão.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Acho que os Srs. Líderes têm mais condições de julgar se será suspensa a sessão.

O que me interessa é que seja tirada essa comissão, sem partido político, para discutir a vida desses pais e mães de famílias. É isso que me interessa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente a Oposição já se manifestou aqui de modo geral, e acha conveniente suspender a sessão, formar a comissão, para poder sentar com os funcionários do Estado da Bahia.

Naturalmente que o deputado Zé Neto não presta atenção no que os deputados da base do governo vêm falando. Há um deputado da sua própria base, governista, deputado Pastor Sargento Isidório, que está seguindo na mesma linha.

Deputado Zé Neto, o deputado Pastor Sargento Isidório está agindo de acordo com a consciência dele, e em defesa dos funcionários do Estado. Vamos seguir o exemplo do Pastor Sargento Isidório.

Vamos suspender a sessão por 30 minutos, formar a comissão e sentar com os funcionários do Estado da Bahia. Essa é a sugestão, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, queria dizer que não faz sentido, deputado Adolfo Viana, deputado Pastor Sargento Isidório, suspender a sessão para termos 5 deputados conversando com a comissão que está trabalhando junto ao governo no projeto de estrutura.

Acho pertinente os deputados saírem para conversar. Não faz sentido suspender a sessão. Regimentalmente, isso acontece aqui por acordo. Quando fazemos acordo, suspende-se a sessão para esse processo.

Mas o que o deputado Pastor Sargento Isidório está sugerindo, presidente Sandro Régis, é que o Líder do governo junte 5 deputados com a equipe que está tratando da reforma para conversar.

Não vejo nenhum problema. A equipe ainda não chegou. Não faz sentido suspender a sessão. Caso haja necessidade, mais tarde, acho que não há problema nenhum. Já suspendemos a sessão por 30 minutos, uma hora, e não há nenhum problema nisso.

Mas suspender, neste momento, para não discutir nada...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

Depois do deputado Adolfo Viana, vou decidir se a questão de ordem será atendida ou não.

O Sr. Adolfo Viana:- Concordo em parte com o deputado Rosemberg Pinto. Mas não é para discutir “nada”. Acho que o que não falta aqui é assunto para ser discutido. Não tivemos o tempo necessário para discutir. E a prova é que os funcionários estão aqui, querendo essa oportunidade. Acho que cabe a esta Casa dar essa oportunidade. Só isso.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Sandro Régis, não estou aqui fazendo debate para ficar mais ou menos satisfeito com servidores. Tenho respeito por eles. E fiquei aqui ontem até as 10 horas da noite, discutindo com o Líder do governo e vários deputados, inclusive de Oposição, no sentido de buscar alternativa para não trazer prejuízo para os servidores da Bahiatursa, da Ebal e da EBDA. Nós discutimos isso aqui. Então, não é essa a questão. O que eu estou dizendo, deputado Adolfo, é que para fazer essa discussão é necessário que os técnicos que trabalharam o projeto estejam presentes para discutir com os deputados, tirar as dúvidas e os encaminhamentos.

Para nós sozinhos aqui, deputados, cinco deputados, não faz sentido. Os cinco deputados aqui, podemos sair, sentarmos ali e continuarmos tocando os debates da... Não há nenhum problema em relação a isso.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, quero a atenção de V.Ex^a. Veja só, o objetivo da Base do governo é... Deputado Zé Neto... O objetivo da Base do governo era ter votado esse projeto ontem. Se esse projeto fosse votado ontem, não teríamos tido a oportunidade que estamos tendo hoje, de discutirmos e tirarmos as dúvidas. Veja só, se não tivermos o tempo necessário para discutirmos e tirarmos as dúvidas, poderemos hoje estar cometendo uma grande injustiça. O objetivo era ter votado ontem. E hoje está claro que existem inúmeras dúvidas ainda. Por que votar nessa pressa se existem tantas dúvidas? Esse é o questionamento. (Palmas.) Precisamos parar para tirar todas as nossas dúvidas. Existem aqui deputados tanto da Oposição quanto do governo...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Adolfo Viana, formule a sua questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- É isso, Sr. Presidente, formularei no final. Nós podemos votar um projeto com tantas dúvidas? Não podemos. Se fizéssemos a vontade ontem do Líder do governo, esse projeto já teria sido aprovado. Queria que o deputado Zé Neto tivesse o bom senso de suspender a sessão por 30 minutos, formar a comissão de parlamentares, para que possamos sair e tirar todas as nossas dúvidas. (Palmas.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Na mesma linha de raciocínio do deputado Adolfo Viana, temos que lembrar, deputado Zé Neto e os funcionários que estão nas galerias, que esse projeto, como todos os aprovados no governo Wagner, sem exceção, o que é que eles fazem? Ou aprovam em regime de urgência. O que significa regime de urgência? Vem direto para o Plenário, com prazo de 48 horas para apresentar emendas, o relator é designado na hora pelo presidente, o relator lê o que vem da Casa Civil do governador, toma conhecimento no momento. Tanto isso é verdade que, ontem, estava aqui a maior discussão, antes, que conseguíssemos derrubar a sessão...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por favor, companheiros, deputados e deputadas, façam silêncio.

Questão de ordem, deputado Gaban. É importante para a continuidade da nossa sessão.

O Sr. Gaban:- (...) antes, Sr. Presidente, de conseguirmos derrubar a sessão estava a maior confusão entre o Líder do governo, o presidente da Casa, o Líder do PT e o deputado-relator Euclides Fernandes. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque o deputado Euclides Fernandes fez uma emenda ao projeto de que os funcionários que fossem exonerados seriam relocados na Secretaria de Administração para serem reaproveitados. E aí ficou o imbróglio. Já foi anunciado que ele, deputado Euclides Fernandes, era o relator pelo presidente da Casa. E não há como, do ponto de vista do regimento, mudar. O deputado Euclides Fernandes não pode recusar uma emenda que ele mesmo fez. Entendeu, Sr. Presidente? Não pode. Regimentalmente, não tinha como resolver isso. Sabe o que estão fazendo? Mesmo estando anunciado na ordem do dia, já estão anunciando - como anunciaram trazendo V.Ex^a para ficar na presidência agora - que aquele que cumpre tudo que o governo fala, Adolfo Menezes, para ser o novo relator. Está entendendo? Para ele não acatar emenda de Euclides Fernandes. Se tem essa preocupação do governo, então o governo está escondendo, está omitindo, está mentindo, está faltando com a verdade (palmas), porque vai colocar todo mundo no olho da rua.

Querem mais? V.Sas. são celetistas; celetista não tem uma demanda judicial para penhorar bens do Estado, não cabe, não penhora bens para pagamento de salários, tem de ser precatório. Sabe quando vão receber precatório de direitos trabalhistas de V.Sas.? Nunca. É isso que o governo do PT vai fazer. (palmas)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Grande Expediente.

Não há orador inscrito. Horários partidários.

Concedo a palavra ao nobre líder...

O Sr. Carlos Geilson:- A deputada Luiza Maia está inscrita.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não tem orador, Sr. Deputado.

O Sr. Gaban:- Chamou Luiza Maia. Luiza Maia foi anunciada por V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Sr. Deputado, não há nenhuma confusão. A deputada Luiza Maia...

O Sr. Adolfo Viana:- A deputada Luiza Maia foi chamada e já deveria, inclusive, estar ocupando a tribuna. Foi chamada pelo presidente Sandro Régis.

O Sr. Carlos Geilson:- E V.Ex^a chamou.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não, eu não chamei.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente, para esclarecer.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Claro, vou conceder a V.Ex^a. Depois que cheguei, fui informado que não havia orador para o Grande Expediente.

Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, só a título de esclarecimento. Antes de V.Ex^a chegar à presidência, a deputada Luiza Maia já havia sido chamada, então o deputado Carlos Geilson solicitou uma questão de ordem que foi concedida. Mas a deputada Luiza Maia, com certeza, foi chamada, sim. Se ela estava inscrita, foi chamada.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não existe isso.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Adolfo Viana, a informação da secretaria é que ela estava inscrita para o Pequeno Expediente e que não há ninguém para o Grande. Se ainda estivesse no Pequeno, ela teria tempo hábil para falar durante os 5 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pois não, deputado.

O Sr. Carlos Geilson:- O senhor chamou o Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Isso.

O Sr. Carlos Geilson:- O orador inscrito não se manifestou. certo?

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Perfeito, não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do governo e da Maioria...

O Sr. Carlos Geilson:- O PT perde o Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por favor, deputados, sanadas todas as dúvidas, vamos continuar nossa sessão.

O Sr. Paulo Câmara:- O que houve, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Eu informei que não havia orador no Grande Expediente e passei para o horário partidário. Alguma dúvida?

O Sr. Paulo Câmara:- Por enquanto, não. A Casa está muito calma hoje, se observa isso.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não tem por que não estar.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concedo a palavra ao nobre líder do

governo ou da Maioria ou líder do bloco parlamentar PSL/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Paulo Câmara:- Deputado Marcelino Galo por metade do tempo e deputado Pastor José de Arimatéia para a outra metade do tempo, nosso grande premiado.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Marcelino Galo, V.Ex^a tem 5 minutos e meio.

O Sr. MARCELINO GALO:- Deputado Yulo Oiticica, nobres deputados, deputadas, senhores trabalhadores do serviço público aqui presentes, gostaria, nesse momento, de fazer um desagravo e prestar solidariedade à ex-ministra de Direitos Humanos, nossa companheira deputada federal que há pouco tempo deixou o Ministério de Direitos Humanos. Ontem a Câmara Federal celebrava o Dia Internacional dos Direitos Humanos, e a deputada fazia um pronunciamento sobre a entrega do relatório da Comissão da Verdade. Esse relatório que finda um trabalho importante dessa comissão. E no final do seu pronunciamento foi, de forma violenta, atacada de forma covarde pelo deputado Jair Bolsonaro que em 2003 já havia a empurrado, chamado a deputada de vagabunda, e dizendo a ela que não a estupraria porque ela não merecia.

Essa é a visão desse ex-torturador que hoje a direita – e principalmente a extrema-direita neste País está assanhada – saiu do armário, e agride uma mulher competente, digna e combativa. Essa ofensa não só diz respeito a ministra Maria do Rosário mas sim a todas as mulheres brasileiras. Quando aquele elemento, lá no Congresso Nacional, desrespeitando aquela Casa, assume que é um criminoso confesso porque se diz estuprador. Ali é a Casa de parlamentares eleitos pelo povo, inclusive que deve servir de exemplo. Porque nessas Casas devemos buscar o debate respeitoso, e ali foi uma falta de decoro parlamentar.

Por isso, aqui estamos denunciando e solicitando também que a Comissão Especial de Defesa dos Direitos das Mulheres desta Casa e a Comissão de Direitos Humanos se juntem para que a Assembleia Legislativa se manifeste contra esse ato criminoso.

Aquele deputado já é um contumaz em realizar ações como essa. Mas agora ele passou dos limites. Não podemos permitir isso numa democracia que nos custou muito caro. Enquanto o povo, a maioria dos trabalhadores, lutavam, eram presos e torturados; esse elemento que era um torturador, que servia aos grandes interesses do empresariado nacional e internacional do nosso País, hoje, se manifesta desrespeitando a sociedade brasileira, e todas as mulheres.

Então, esse ato merece ser repudiado. E aqui trago essa manifestação e espero que seja de toda essa Casa Legislativa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia. V.Exª tem até 5 minutos e meio.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Canal Assembleia, imprensa falada e escrita, todos os trabalhadores da EBDA, Ebal, Cesta do Povo, todos presentes. Quero dizer que é muito importante vocês virem aqui nesta Casa porque aqui é a Casa das leis, das discussões, e o mais importante ainda é permanecerem em unidade. Porque realmente vai precisar muito da mobilização de vocês. Não acredito que o governo do Estado vai deixar essa situação acontecer dessa forma. Não acredito nisso. Tem que encontrar uma saída, tem que encontrar um suporte, porque não poderão ficar desempregados.

Esse é o meu pensamento, e quero dizer que estarei aqui com vocês, juntamente com os demais colegas, deputados, que também pensam dessa forma para que o governo do Estado possa encontrar uma solução. Agora, para isso, vai depender... Realmente, a caminhada é longa. Não tenho dúvida quanto a isso. Logo, a unidade tem de permanecer. As discussões são feitas aqui. Mas a força do povo sempre é maior, pois é a força da mobilização. Como já foram sugeridas aqui, há várias questões que acho que são importantes. Esta era a primeira coisa que eu gostaria de registrar aqui, neste momento, em minha fala.

Gostaria, também, de lembrar aos Srs. Deputados, componentes da Comissão de Saúde nesta Casa, que já estamos chegando ao final deste mandato. Precisamos aprovar os pareceres de quatro anteprojetos de lei importantes para a comissão. Estamos com dificuldade em relação ao quórum de votação.

Então faço, aqui, um apelo aos Srs. Deputados, membros da Comissão de Saúde e Saneamento, a comparecer, na próxima terça-feira, na sala da Comissão de Saúde, para aprovarmos os referidos pareceres aos anteprojetos de lei. Também, pretendo apresentar aos Srs. Deputados o que nós construímos neste ano de 2014. Apresentaremos o balanço geral e a finalização dos trabalhos na Comissão de Saúde e Saneamento desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de deixar outro convite. Amanhã, às 14 horas, vamos ter, aqui nesta Casa, uma sessão especial em homenagem ao Dia da Bíblia. Sou o proponente da referida sessão especial. Gostaria de convocar todos os Srs. Deputados. Vamos ter, aqui, as presenças de várias lideranças como homens e mulheres de Deus que têm propagado a sua palavra através da obra missionária, como também através da palavra de Deus na Bíblia Sagrada, pois este é o maior livro, conhecido como “o livro dos livros”. Amanhã, teremos uma tarde muito especial nesta Casa e será um momento de nós reconhecermos a importância que a Bíblia, melhor, a importância que a palavra de Deus tem na vida das pessoas.

Então estou, aqui, fazendo o convite a todos Srs. Deputados, aos funcionários desta Casa, a você que nos assiste através do Canal Assembleia para comparecer aqui, amanhã, às 14 horas. Teremos palestras e louvores ao Deus Todo Poderoso.

Era isso que eu gostaria de registrar e agradecer desde já.

Informo a todos que a sessão especial terá início às 14 horas e terminará às 17 horas. Será um momento muito especial. Estaremos, aqui, dando algumas lembranças relativas à palavra de Deus para você levar e meditar, principalmente neste final de ano e início de um ano novo sob a direção de Deus na vida de vocês, a fim de que Deus possa abençoar mais e mais o ano de 2015 que já está-se aproximando.

Era isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, falarão, por seis minutos, o deputado Adolfo Viana e, pelos cinco minutos restantes, o deputado federal eleito João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Adolfo, V.Ex^a dispõe de até cinco minutos e meio.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, imprensa presente, servidores da Bahiatursa, Ebal, EBDA que estão aqui desde ontem aguardando um resultado positivo, digo que se dependessem da Base Governista, com certeza, já teria acontecido ontem.

Hoje, no início da sessão, ficou claro, deputado Gaban, que existem, ainda aqui, muitas dúvidas com relação a esta reforma administrativa. É uma pena que alguns parlamentares da Base do Governo subam a esta tribuna, demonstrem, aqui, a sua solidariedade para com os funcionários públicos que, agora, estão sem dormir, porque não sabem o que acontecerá com eles no dia de amanhã.

Mas, no fundo no fundo, daqui a poucas horas, o projeto será votado. E aquelas belas palavras, ditas daqui desta tribuna, não serão condizentes com o voto dado no painel eletrônico.

Então é esta a preocupação que nós temos. Está muito claro que nós, os parlamentares desta Assembleia Legislativa, não temos conhecimento necessário para aprovarmos, hoje, esta reforma administrativa.

Por esse mesmo motivo, tanto a Oposição quanto o deputado Pastor Sargento Isidoro pedem a sensibilidade do Líder do Governo para suspender esta sessão, a fim de podermos tirar todas as dúvidas e votar a reforma administrativa com a consciência tranquila.

Tenho certeza desta proposta.

Desafio qualquer parlamentar da base governista ter conhecimento total da atual reforma administrativa. Tenho certeza de que eles não têm, porque a reforma é ampla. E existem coisas, deputado Gaban, que não sabemos como acontecerão ainda.

Agora, vocês imaginem que belo presente de Natal este governo está dando aos funcionários públicos do Estado da Bahia (palmas), pois eles estão todos preocupados e com toda a razão.

Ontem, estive com o pessoal da EBDA e com o Sintagre. Batemos um breve papo. Eles me enviaram um documento que, posteriormente, vou ler e relatar. Eles fizeram diversas reuniões com o governo inclusive com a presença do Líder do Governo, deputado Zé Neto. E as coisas não aconteceram como deveriam. Eles, agora, pedem mais uma oportunidade de dialogar. Eles dialogaram no passado. Parece-me que fizeram o acordo e o acordo foi esquecido. A palavra dada não foi cumprida no acordo!

Vejam o que os funcionários da EBDA voltam a pedir: uma nova oportunidade para tentar, mais uma vez, dialogar; mais uma vez, obter a velha palavra que já tinha sido dada. Não é verdade? E o governo, pelo que percebo, não quer dar esta oportunidade.

Estive, também, com o pessoal da Ebal hoje pela manhã. Batemos um breve papo. Deputado João Carlos Bacelar, é a preocupação de não se saber para onde se vai no futuro. Não é brincadeira ficar sem saber o que acontecerá em seu futuro.

Eu fico com a certeza de que o mínimo que a Base do governo pode fazer com esses funcionários é não vir a esta tribuna e falar palavras de solidariedade.

Pedimos suspender esta sessão, a fim de esclarecer os pontos que temos dúvidas para podermos votar de consciência tranquila. (Palmas.)

Há aqueles que acham que devem entregar um cheque em branco para o governo fazer o que quiser com a EBDA e com a Ebal. Ninguém sabe o que o governo fará com a Ebal. E é obrigação desta Casa fiscalizar e pedir esclarecimentos ao governo do Estado da Bahia.

Nós estamos fazendo, praticamente, o inverso. Nós estamos aqui dizendo que se votarmos este projeto hoje, nós estamos dizendo ao governo que não precisamos de esclarecimentos de nada não. Isso é como se os deputados dissessem: “Façam o que vocês quiserem, porque estamos dando a vocês um cheque em branco.” (Palmas)

Fica, aqui, o meu pedido, qual seja, o pedido de atenção para com os deputados governistas que, nesta Assembleia, têm 48 cadeiras contra, apenas, 15 cadeiras da Oposição.

Mas tenho certeza de que esta brava Oposição perde em número mas ganha em qualidade. Vamos, hoje, se for preciso, virar a madrugada para defender os interesses dos funcionários do Estado da Bahia.

Muito obrigado. (Muitas palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Aproveito para informar aos funcionários da Casa que deem toda a atenção devida aos funcionários públicos, presentes nas galerias, das Ebal, Cesta do Povo e EBDA. Informem-lhes onde ficam

os sanitários, a sala do café e da água, a fim de que todos sejam bem-vindos a esta Casa que é de vocês.

Muito obrigado. (Muitas palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar por 5 minutos e meio.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, acho que o desenho do governo, o desenho da máquina administrativa, é uma prerrogativa do governador eleito. Não cabe aqui à Oposição questionar o desenho que o futuro governador acha melhor para a administração.

Assim foi feito na cidade do Salvador. Ontem, a Câmara Municipal aprovou o desenho que o Sr. Prefeito ACM Neto pensa ser melhor para a cidade. Mas por que estamos discutindo esse projeto? É porque, além do desenho, o projeto traz no seu bojo a perversidade da demissão de 2 mil servidores, a perversidade da demissão de servidores concursados da Ebal, que se submeteram a concurso público!

Ora, quantos REDAs a Bancada do governo tem? Se queriam diminuir funcionários, demitissem os seus cabos eleitorais, que foram enganados no período eleitoral, dizendo-se que não haveria demissão por parte do governo do Estado da Bahia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos hoje, aqui, pérolas, pérolas. Deputados do PT dizendo que nenhum deputado vota para demitir trabalhadores. Deputados dizendo “nós não vamos deixar sem emprego, porque está aqui a Bíblia, não vamos deixar sem emprego, logo no Natal, trabalhadores”. Tivemos há pouco, antes do deputado Adolfo Viana, um deputado que acredita – acredita! – que o governo não vai demitir.

Imaginem se podemos legislar apenas porque acreditamos que o governo não irá demitir? A verdade é que, se esta Casa não quer que haja demissão, é só não votar o projeto de lei. Nenhum deputado da base do governo vote no projeto, e ninguém será demitido. Só assim tudo que disseram vai virar verdade.

Porque, se não acontecer isso, sugiro a V.S^{as} que abandonem este lugar, e venham amanhã para a sessão de louvor do Pastor Arimatéia. Tragam sua carteirinha e joguem na sessão de louvor, porque só o Deus Todo-Poderoso resolverá o problema de vocês. (Palmas)

É por isso que o Parlamento perde sua credibilidade a cada dia. Ora, se não quero demissão, não voto nesse projeto. Mas se a conversa não é essa, se acham que temos de demitir 700 servidores da Ebal, vários da Bahiatursa e da EBDA, assumam. E votem no Plenário, dizendo que vão votar porque é melhor, porque o governo não controlou seus custos, porque há uma desorganização financeira na Bahia, porque o caos está instalado na máquina administrativa do Estado. E ponto final. (Palmas.)

Ficar no discurso, dizendo que é contra, é a mesma coisa que fizeram na eleição presidencial. O Aécio é o mau, pois ele vai liberar os preços – já liberaram os preços da gasolina e vão aumentar a gasolina ainda mais na Bahia. O Aécio é mau

porque vai aumentar os juros – acabou a eleição e eles mesmos aumentaram os juros. Agora trazem, graças a Deus, o Joaquim Levy para ser o ministro da Fazenda contra a vontade da presidente da República.

É este o quadro que está sendo desenhado para a administração pública do Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica): - Com a palavra a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Queria dizer que o relatório da Comissão da Verdade é bom que todo mundo leia, é bom que se estude, esta Casa precisa ter domínio do que aconteceu naquele período no Brasil, as nossas escolas precisam saber também. Precisamos fazer uma campanha para limpar das nossas cidades homenagens a torturador. Quem violou direitos humanos e praticou a tortura no Brasil não pode ser homenageado. É por isso que tem hoje gente em São Paulo dizendo que quer a intervenção militar e que quer a volta da ditadura militar, porque realmente não conhece.

Então, são essas as minhas palavras.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães, por 5 minutos e meio.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero me dirigir às Galerias para saudar os servidores públicos que, com certeza, muito contribuíram para o desenvolvimento do Estado, seja o Derba, as Direcs, a EDBA, a Bahiatursa. Penso que a construção coletiva das emendas que vão ser apresentadas pelo relator devam contemplar a muitos que estão aqui.

Claro que a reforma administrativa é uma necessidade para o Estado, mas é preciso levar em consideração a preservação dos muitos anos de vida e de dedicação das diversas categorias que estão afetadas neste processo.

Eu assinei aqui a PEC do deputado Euclides com relação à Ebal e as emendas apresentadas pela deputada Fátima Nunes eu penso que contempla, e muito, a todos vocês. Esse é o nosso desejo em relação a essa situação que envolve a vida dos servidores e que, com certeza, precisam de uma atenção especial nossa e também do governo do Estado, especialmente do governador eleito. Portanto contem conosco, esse é o nosso desejo e o desejo de que possamos construir um projeto de lei que atenda a todos vocês. E eu acredito que vai ser ao tomarmos conhecimento da leitura do parecer apresentado pelo relator.

Mas, Sr. Presidente, hoje, dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos

Humanos e o dia em que a presidente Dilma apresenta para a sociedade brasileira o relatório da Comissão da Verdade e se emociona. Neste momento ímpar para a nossa sociedade brasileira, que vive a plenitude da democracia, que vive um momento em que as pessoas podem ir para as ruas e confundir liberdade de expressão com exageros, essa liberdade está aí para todos, eu quero repudiar as atitudes e os chamamentos, especialmente os pedidos de impeachment que são feitos sem embasamento legal nenhum para a presidente Dilma. Sem falar da irresponsabilidade de um candidato à presidência que não aceita a derrota e se comporta como um garoto mimado, que vai para a imprensa, faz um vídeo com um chamamento de uma grande manifestação contra a presidente e, no entanto, vai para a praia curtir, como tem feito o tempo todo o Sr. Aécio Neves. Merece o repúdio da população brasileiro por essa atitude absolutamente incompatível com a democracia, com o resultado que as urnas lhe impôs.

Portanto quero dizer aqui com muita sinceridade que quem chamou o movimento e depois foi para a praia curtir com certeza nunca teve responsabilidade, como foi nos seus quatro anos de mandato como senador da República, quando não aparecia e morava mais no Leblon do que no seu Estado, onde foi derrotado pela população que já conhece, sem dúvida nenhuma, seu método de governo.

Eu quero, com isso afirmar que nós todos, homens e mulheres da Esquerda e da Direita, sem partido ou sem ideologia, devemos condenar radicalmente as palavras de um deputado abjeto, nojento e odioso, que diz que não vai estuprar uma deputada porque ela não merece. Ninguém merece ser estuprado! Essa é a pior violência. E é essa violência que combatemos, contra ela lutamos por vidas o tempo todo. Passamos o tempo todo nos movimentos sociais, nas tribunas, brigando pelos direitos das mulheres, brigando pela igualdade de direitos e preservando a vida das mulheres.

De 25 de novembro até hoje tivemos os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. E justamente hoje, quando acabam esses 16 dias, um deputado radical, uma pessoa que não tem a menor noção e que vem quebrando o decoro daquela Casa há muito tempo, com ataques dos mais vis que alguém pode observar no Parlamento brasileiro, vem dizer que não vai estuprar uma deputada porque ela não merece.

Isso é uma coisa absurda, abjeta, que deve ser condenada. O deputado precisa ser cassado por quebra de decoro, por incitar a violência. Como deputada, jamais vou defender que ele mereça o estupro. Ele deve ser punido, e precisa ser punido, porque, com certeza, muitas mulheres são estupradas todos os dias, e essas mulheres estão relegadas pela sociedade. Portanto, quero aqui repudiar as atitudes do deputado Jair Bolsonaro.

Por outro lado, reafirmo, com certeza, o caráter democrático, justo, legal e legítimo dessa eleição geral que elegeu a presidente Dilma Rousseff. Com certeza não é uma Direita derrotada nas urnas, num processo legal, que vai dar um golpe neste País, porque estamos em outra época, em outro processo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Queria só esclarecer à deputada Kelly Magalhães, uma parlamentar que respeito muito, que ela acabou confundindo-se no meio do seu pronunciamento. Falou do Bolsonaro, falou da Dilma e depois falou do Aécio.

O Aécio, realmente, deputada Kelly Magalhães, nada tem a ver com a presidente Dilma Rousseff (Palmas). Por onde o senador Aécio Neves anda, ele tem o reconhecimento e o respeito da população, diferentemente da atual presidente do Brasil...

A Sr^a Kelly Magalhães:- Derrotado...

O Sr. Adolfo Viana:- Verdade, foi derrotado...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, é uma questão de ordem, faço um apelo...

O Sr. Adolfo Viana:- (...) não é demérito nenhum ser derrotado, deputada Kelly Magalhães. V.Ex^a confundiu...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, faço um apelo a V.Ex^a. No Horário das Lideranças, V.Ex^a coloque sua posição, não agora, numa questão de ordem. Apelo para que faça realmente uma questão de ordem. Faço esse apelo a todos.

Apelo aos Srs. Deputados, pois há horário à vontade para discutir. Não vamos usar as questões de ordem para fazer discussões políticas. A deputada Kelly Magalhães fez seu discurso, meu querido amigo deputado Adolfo Viana, se V.Ex^a quiser rebater, terá o Horário das Lideranças Partidárias destinado à Oposição para discussão do projeto.

Diga-se de passagem, V.Ex^a não é o primeiro. Todos os deputados estão utilizando esse expediente. Então, a partir de agora, vamos centrar numa questão de ordem, sob pena de ficarmos descumprindo o Regimento.

Questão de ordem, meu querido deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, estou satisfeito porque V.Ex^a assumiu agora a presidência, sem nenhum demérito aos demais que assumiram na tarde de hoje. Mas minha questão de ordem, Sr. Presidente, é no sentido, se for o caso, de consultar a Taquigrafia. É que todos os parlamentares, sem exceção, que foram à tribuna hoje, seja da Oposição, seja da base do governo, reconhecem que esse projeto da reforma administrativa carece de um debate mais profundo. Todos, sem exceção.

Já que todos estão assumindo, Sr. Presidente, esse pensamento, acho que nada

mais justo do que fazermos agora – é nesse sentido que faço minha questão de ordem – uma consulta nominal ou uma votação nominal para os que quiserem que esse projeto de reforma administrativa seja adiado. E assim, a partir de amanhã, sejam feitas audiências públicas com todos os segmentos envolvidos para discutir e aprofundar.

Então, a minha questão de ordem é neste sentido, de que V.Ex^a faça uma consulta nominal aos deputados para aferirmos isso, e assim essa decisão seria soberana, adiando o debate para aprofundá-lo ainda mais, já que – repito – todos que assumiram a tribuna disseram que carece um debate maior. Essa é a minha questão de ordem, Sr. Presidente. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, eu não posso fazer uma consulta, porque o projeto está em regime de urgência, aprovado pelo Plenário. Mas gostaria de dizer a V.Ex^a que, se os Líderes dos partidos, V.Ex^a, como Líder da Oposição e deputado Zé Neto fizerem uma correspondência pedindo que eu adie, eu deferirei. Agora, eu não posso descumprir o regimento, porque apesar de ter uma posição política muito clara, acho que um projeto desse deveria passar no debate das comissões, sempre tive posição. Quando era deputado de Oposição (palmas), discutia nas comissões. Mas, como presidente da Casa, tenho que cumprir o regimento.

O deputado Zé Neto, corretamente, legalmente, dentro do regimento fez um requerimento, foi aprovado por maioria, ou seja, o projeto tornou-se urgente, consequentemente eu não posso tirar de pauta se não for dentro do regimento. Eu não posso consultar porque seira um precedente. Então, vou indeferir a questão de ordem de V.Ex^a, agora, se o deputado Zé Neto, que representa, salvo engano, 46 deputados e V.Ex^a que representa a Oposição, decidirem eu acatarei, porque, realmente, como presidente da Casa eu gostaria que um projeto dessa magnitude fosse debatido nas comissões.

Agora, como presidente, sou obrigado a cumprir o regimento, e o regimento diz que o projeto está em urgência, consequentemente, terá que ser votado no dia de hoje porque o Líder do Governo (...)

O Sr. Gaban:- Perfeito.

Sr. Presidente, regimentalmente, concordo que V.Ex^a não poderia ter posição diferente da que assumiu, mas como o Plenário é soberano, gostaria de submeter ao Plenário a decisão de V.Ex^a, porque se o Plenário assim o definir, e já é uma maneira também do Plenário se posicionar se quer ou não o debate.

Então, gostaria que V.Ex^a submetesse ao Plenário a decisão que foi tomada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Deputado, eu não tenho como submeter a decisão agora porque não está em votação. Eu posso, até, numa deferência a V.Ex^a que, sem dúvida nenhuma, foi este ano, na minha visão, um deputado muito atuante, aliás, nesses dois anos. Depois que V.Ex^a voltou de um pequeno período de férias, tornou-se um dos deputados que vai ficar registrado na história da Bahia, da Assembleia como um dos grandes

parlamentares desta Casa, tanto é que, a imprensa que cobre este Parlamento, por duas vezes consecutivas lhe colocou como entre os quatro destaques do ano e eu fico muito feliz.

Agora, não posso descumprir o regimento, porque ele diz que já está em votação. Na hora da votação, se V.Ex^a fizer uma questão de ordem pedindo que eu suspenda, eu indeferirei e na votação, posso até recorrer da minha decisão, porque eu não tenho o poder de suspender a votação, exceto por decisão não da maioria, mas sim da unanimidade, porque se está no regimento que ela vota em urgência, eu, realmente, não posso deixar de cumprir.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Gostaria que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicito que essa verificação de quórum seja nominal, que seja acionado o tempo regulamentar acordado entre as lideranças, que sejam acionadas, também, as campanhas solicitando a todos os deputados que acham e que têm a convicção de que esse projeto tem que ser debatido, já que não passou, como V.Ex^a também colocou, eu também já havia feito isso pelas comissões. Ninguém, praticamente, conhece, com raras e honrosas exceções, o conteúdo desse projeto, para que então chame os deputados para vir para que não caia a sessão. Acho que é a oportunidade para debatermos.

Tenho aqui, Sr. Presidente, parecer, inclusive, de doutor em sociologia da Universidade de Lisboa, mestre de administração da UFBA, que faz também considerações sobre esse projeto de reforma. Então, acho importantíssimo para que a gente estimule o debate e os parlamentares tomem conhecimento do que está sendo(...), já que todos que assumiram aquela tribuna disseram que são a favor de maior debate, para que não caía.

Não sei qual o intuito do Líder do Governo em querer interromper o debate. Nós estamos tratando aqui, deputado Zé Neto, de famílias no mês mais sagrado. Eu sou católico, e mesmo os que não são, este é um mês em que quase todas as igrejas comemoram, é o mês do nascimento de Cristo, é o Natal, a gente dá o desemprego para mais de 3 mil famílias no Natal não é justo! Então, o mínimo que a Casa tem que fazer, a meu ver, é debater o projeto. Se V.Ex^a faz questão de ter a maioria e se a maioria não der a presença vai impossibilitar que eu use a Tribuna. Porque ainda não debati com mais profundidade esse projeto. Repito, deputado Zé Neto, gostaria que V.Ex^a retirasse essa questão de ordem. Estou trazendo aqui um parecer de professores na área, fazendo críticas à reforma administrativa. Eu mesmo fiz um estudo bastante aprofundado está aqui, estudei. Trouxe todas as taxas que serão criadas no Detran, na

Secretaria da Administração. Há acréscimo de taxa de 423%,. Não serão só famílias demitidas, vamos onerar a população da Bahia. A Bahia tem de tomar conhecimento disso. (Palmas.)

Então peço ao deputado Zé Neto, pelo menos isso, que o deputado retire essa questão de ordem. Permita que eu e o deputado Carlos Geilson que estamos inscritos para os próximos horários possamos apresentar os nossos argumentos, até para os deputados da Base do governo tomarem conhecimento do que está acontecendo, assim como a imprensa.

Solicito então ao deputado Zé Neto que retire essa questão de ordem que não contribuirá para o bom conceito do governo que está começando. Iniciará pela porta dos fundos, já que não permite nem o debate. Não é a maneira de um governador querer fazer a reforma administrativa pela porta dos fundos do Palácio de Ondina. (Palmas)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - V.Ex^a, deputado, pediu nominal?

O Sr. Gaban: - Pedi nominal com verificação de quórum.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Deputado Zé Neto, retira a questão de ordem?

O Sr. Zé Neto: - Não.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Não retira. Então solicito aos Srs. Deputados que se encontram no Cafezinho, em outros salões, na Biblioteca, em outros recintos, há um pedido de verificação quórum de continuidade da presente sessão, solicitado pelos deputados Zé Neto, Líder do governo, Gaban, Vice-Líder e Líder em exercício da Oposição.

Solicito que o painel seja zerado e que sejam marcados os 15 minutos.

O Sr. Gaban: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Pela ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, na pequena fala que tive hoje, no Pequeno Expediente, eu disse que em 31/05/2014, o então candidato Rui Costa, teria dito numa reunião, na Fieb, que privatizaria a Ebda. E agora pego para mostrar e para que fique registrado nos Anais desta Casa que efetivamente numa reunião em que estavam: (Lê) “Faeb, Fecomércio e Fieb promoveram “Encontro Setores Produtivos e Candidatos ao governo do Estado da Bahia.” (Lê): “Questionado sobre a importância que a assistência técnica e a extensão rural têm na atividade produtiva do setor o então candidato Rui Costa opinou que quem faria esse papel seriam as ONGs e as empresas privadas!!! A Ebda deixaria de ser executora dessa tão importante ação no setor produtivo.”

Então, como se confia que não haverá demissão? Que isso aqui não irá para as ONGs? Essa é uma declaração de 31/05, na Fieb, feita pelo candidato a governo do Estado da Bahia Rui Costa. O que ele falou como candidato está fazendo e não cabe argumento algum por parte do governo de que não fará nada disso, não prejudicará, vai colocar para as ONGs. Porque não tem fiscalização nas ONGs. É onde o PT tem

feito trabalho político em nosso Estado.

Tenho aqui também: (Lê): “A Reforma Administrativa do Estado: Breves Considerações. Antônio S. Magalhães Ribeiro – Doutorando em Sociologia Econômica/Universidade de Lisboa e Mestre em Administração/UFBa antoniomribeir@uol.com.br.”

As reformas administrativas no setor público devem ter o único objetivo de atender aos interesses dos cidadãos. Se o foco é a melhoria de qualidade dos serviços prestados, torna-se necessário: (1) imprimir uma modernização em suas estruturas, processos e normas; (2) reduzir as despesas – com a racionalização dos processos e eliminação dos gastos improdutivos; e (3) melhorar o ambiente organizacional.

(Lê): “Na mensagem do projeto 21.007/2014, enviado ao legislativo, consta que a reforma administrativa do Estado “tende a fortalecer a capacidade administrativa do governo”. Ademais, visa “eficácia na prestação dos serviços oferecidos à sociedade”, a manutenção da qualidade dos gastos públicos e a “redução das desigualdades sociais”.

Sem a pretensão de esgotar a análise nos limites deste espaço, permito-me elogiar a iniciativa da proposta e, ao mesmo tempo, registrar as minhas dúvidas quanto às possibilidades da mesma atingir os resultados esperados. Para justificar, dividirei a reforma em dois tempos: o primeiro, refere-se ao momento imediato à aprovação do projeto; e o segundo, à etapa da extinção da Bahiatursa e EBDA e a da privatização da EBAL, cujos desdobramentos só ocorrerão em um futuro incerto.

É necessário reconhecer que o projeto é limitado em sua amplitude e não oferece respostas aos desafios que estão postos. Voltado para a redução dos gastos – pretende-se economizar R\$ 200 milhões -, não contempla as necessidades de modernização da máquina administrativa do Estado, particularmente aquelas relacionadas com a racionalização de procedimentos, a adoção de uma política de recursos humanos justa e a melhoria nos controles da administração. Tema este destacado na mensagem, embora sem qualquer menção quanto à sua estruturação, em que pese ser esta decisão mais importante que a simples criação dos cargos de controle prevista no artigo 24 do projeto.

Em relação ao primeiro tempo da reforma – quando surtirão efeitos imediatos associados à redução de cargos -, não se pode esperar grandes resultados. O projeto prevê, de um lado, a extinção de três secretarias e três autarquias e, do outro, a criação de três secretarias e três órgãos em regime especial, além do aumento de quase vinte unidades administrativas, distribuídas em várias secretarias. No que diz respeito à quantidade de cargos comissionados, o projeto prevê, em seus anexos I e II, a extinção de 1035 cargos e criação de 635 dessa redução” como eu já havia dito antes também, “de 400 cargos, 94% deles integram os três últimos níveis da pirâmide hierárquica” ou seja, os salários mais baixos.

(Lê): “Nos cinco primeiros níveis, onde se enquadram os secretários, superintendentes e diretores, haverá um acréscimo de 75 cargos.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, com sua tolerância. Eu só estou terminando, é importante esse parecer, até para o conhecimento de todos nós.

(Lê): “ Quanto ao segundo tempo, é preciso ter claro que a extinção de empresas pressupõe o cumprimento de determinadas exigências legais que demandam tempo e dinheiro. Os custos indenizatórios deverão ser elevados e o desemprego uma realidade decorrente do objetivo de reduzir gastos.” “Como eu havia dito, além disso, a extinção da Bahiatursa. Se entendermos que o turismo, dado a sua importância para a economia baiana”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, por favor.

O Sr. Gaban:- (Lê)... “requer uma organização forte, a manutenção – com certos ajustes – de uma entidade descentralizada, que conta com experiência e servidores capacitados, seria a solução mais coerente com tal entendimento.” “Finalizando Sr. Presidente.” Sendo assim, é difícil compreender a proposta de dois órgãos centralizados para gerir o turismo. Em relação à EBAL, uma negociação favorável aos interesses do Estado.”

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Meu querido Gaban, para concluir.

O Sr. Gaban:- (Lê):... “pressupõe o interesse do setor privado e os resultados dependerão das reais condições financeiras e patrimoniais da empresa.” Tem mais dois parágrafos pequenos.

Como se constata, a reforma dependerá de um excelente desempenho no segundo tempo para alcançar um resultado final positivo. Caso contrário, a tendência é de algo próximo a um empate.

Finalmente, cabe lembrar que a melhoria dos serviços públicos depende fundamentalmente...”

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Meu querido deputado Gaban, faço um apelo...

O Sr. Gaban:- Tranquilo, Sr. Presidente.

(Lê): “da motivação dos servidores o que implica, sobretudo, remunerações à altura das suas capacidades e responsabilidades. Enfim, não se produz melhoria no ambiente organizacional e nem se faz reformas efetivas sem contar com os verdadeiros agentes das mudanças” que são os funcionários públicos. (Palmas)

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu queria apenas dizer que o relator acabou de me informar e eu queria passar essa informação, mas uma informação de ordem política também que obviamente o relator negociou com o governo, com o líder do governo, eu conversei com ele e ele me disse: "Olha, tenho aqui a intenção de fazer uma formulação que é muito justa." Na hora que ele me falou, eu achei também que era muito justa, o deputado Rosemberg também acolheu, o deputado Cacá, o deputado Sidelvan, todos acolheram. Desde ontem que se discutia isso, que é a questão do projeto, deputado Gaban, da reforma administrativa. Consta aqui que o Poder

Executivo fica autorizado a promover alienação onerosa integral ou parcial de sua participação no capital societário. Pode vender todas ou não. Inclusive do controle acionário da Empresa Baiana de Alimentos - Ebal e/ou dos ativos bens e direitos desta.

Estou mostrando o que é para não parecer que V.Ex^a disse uma coisa que não condiz, de que haverá, de imediato, a demissão, que os trabalhadores em dezembro... Não é assim, gente. E outra coisa, no parágrafo segundo diz: "O Poder Executivo adotará as providências necessárias para avaliação econômico-financeira da Ebal." Deputado Marcelo, e, de modo geral, no parágrafo 2º, artigo 36, "para modelagem do processo de desestatização. Ficando ainda autorizada a criar comissão para acompanhar e assessorar o desenvolvimento das atividades inerentes a consecução das operações autorizadas por esse artigo."

As solicitações que chegaram para o relator e ele passou para nós preocupado com as decisões políticas dentro da reforma, foi a necessidade de que houvesse - e aí é muito justo - a representação dos trabalhadores nessa comissão. No relatório do relator está essa condição de que fará parte dessa comissão a representação dos trabalhadores da Ebal para que possam acompanhar passo a passo cada movimento que representa o estudo, a forma de modelagem e todas as condições que ocorrerão na desestatização da Empresa Baiana de Alimentos.

Então, fica aqui o acolhimento por parte do governo em relação a essa questão e negociado com o Legislativo. No caso, o relator nos colocou. E, da nossa parte, o papel da liderança e do relator é encaminhar as questões relacionadas a essas negociações. E a alteração, é claro, é feita aqui no Poder Legislativo com a sua autonomia. Ele estará a fazer essa alteração de forma a atender, inclusive, o que o próprio Gaban colocou ontem, que era preciso que se tivesse uma comissão para conversar com os trabalhadores. Estou te dando agora mais uma garantia de que haverá a participação dos trabalhadores no acompanhamento de todas essas questões nesse grupo técnico de trabalho que estará comprometido em adotar as providências necessárias para a avaliação econômica financeira e, de modo geral, para a modelagem do processo de desestatização. Ficando ainda autorizada a comissão a acompanhar e assessorar o desenvolvimento das atividades inerentes a consecução das operações autorizadas por esse artigo.

Queria informar as representações, marcamos as reuniões, vamos cumprir aquele calendário com a Bahiatursa, com a Cesta do Povo, com a Ebal, com a EBDA, enfim, todos esses calendários serão cumpridos.

O Sr. Gaban: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de conceder a questão de ordem a V.Ex^a. Srs. Deputados, vejam bem, esse projeto envolve diversos servidores. O deputado Adolfo Menezes, que é o relator, está conversando com vários sindicatos no sentido de sempre acatar a solicitação dos servidores. Fui presidente da Embasa. Na época, foi extinta a Desenvale e a Embasa recebeu, no mínimo, 80% dos servidores da Desenvale e os 20% foram para a Cerb. Tenho certeza que o governador Rui Costa

fará o possível para que não haja demissão entre os servidores. E esta Casa tem que contribuir no sentido de dar tranquilidade aos servidores que estão nessas empresas que estão sendo extintas: a Ebal, a Bahiatursa, a Ebda e empresas similares.

O que sugiro ao relator é que faça o possível no sentido de atender o pleito dos servidores. Essa emenda que o deputado Zé Neto colocou foi um pleito inclusive do presidente da Federação, e pedi que conversasse com o relator, quando coloca nessa comissão, deputado Gaban, a participação de um servidor, de um representante dos trabalhadores, é obvio que sempre vão procurar um termo no sentido de manter as pessoas que estão empregadas, principalmente os concursados. Às vezes as pessoas passam informações que não são verdadeiras, são 2 mil e 600 servidores da Ebal, mas apenas 700 foram concursados. A decisão aqui é no voto. O deputado vai votar livre, aberto, para que cada cidadão acompanhe o voto do parlamentar eleito pelo povo.

É preciso compreender, é uma sugestão do presidente ao relator, ao Líder do governo e ao Líder de Oposição, que procurem meios no sentido de assegurar uma maior tranquilidade àqueles que foram concursados. É óbvio que o deputado Zé Neto, quero registrar aqui de público, está tendo a maior boa vontade, vamos registrar com muita clareza. O deputado Gaban é Líder de Oposição, todo Líder de Oposição tem um estilo, tem boa vontade e consegue, por ser líder de Oposição, muitos pleitos para os servidores, que é natural e normal. Óbvio que isso é fruto da personalidade do deputado, e ele está representando a Oposição, mas o deputado Zé Neto, quero registrar aqui em alto e bom som que ele está tendo a maior boa vontade. Todas as vezes que telefono para ele para um pleito de sindicato de servidor, ele tem me atendido e sempre procura conduzir ao relator que é a pessoa, em tese, responsável para fazer as modificações.

Como presidente da Casa faço aqui um apelo aos Srs. Deputados que procurem meios no sentido de conversar com o governo, no sentido de conversar com a comissão, de conversar com o Líder do governo, com o relator para que possamos atender, dentro do possível, dentro da legalidade, mantendo nossa independência, mas também dando as condições políticas para que o governador eleito faça a sua reforma administrativa naquilo que ele realmente sonha, acho que é um direito dele.

Para concluir, quando o governador Paulo Souto foi eleito, eu era deputado de oposição, lembro-me que disse aqui, vamos votar na reforma que ele quer porque ele foi eleito pelo povo. Quando o governador Jaques Wagner foi eleito, o então governador Paulo Souto enviou a reforma em nome do próprio Jaques Wagner e nós também aprovamos. Claro que também temos que dar um voto de confiança ao governador eleito, mas sem perder a autonomia desta Casa, sem perder a independência. Não posso deixar de reconhecer que estou sentindo muito boa vontade do relator, do Líder do governo, é óbvio que o Líder da Oposição com certeza tem a maior boa vontade.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, quero parabenizar V.Ex^a pela sensibilidade para com os concursados, mas dizer a V.Ex^a que começamos a evoluir. Avançamos pouco mas podemos avançar muito mais. O que precisamos é de um pouco mais de tempo, é isso que queremos pedir ao Líder do governo. Se tivéssemos votado ontem as evoluções, apesar de pequenas, hoje, já alcançamos; se tivéssemos votado ontem não teríamos alcançado, e podemos alcançar ainda mais, só depende de um pouco de paciência para que possamos esgotar todos os debates, é uma coisa muito simples. Quero parabenizar V.Ex^a pela sensibilidade com os concursados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, os 15 minutos já foram vencidos, mas vou fazer uma deferência a V.Ex^a. Peço que seja breve para que possamos encerrar esta sessão.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo. V.Ex^a acaba de agir como deve agir um presidente de um Poder, procurando ver o que é melhor para o Poder Legislativo. Esta é uma Casa de debate, é o Parlamento, se fala, se discute, se conversa. O que V.Ex^a está pretendendo, Sr. Presidente, é o que esperemos de um Líder de governo, concordo com o empenho do deputado e, apesar das limitações que ele tem, o deputado Zé Neto também tem procurado. O que V.Ex^a coloca é o que nós queremos. Sr. Presidente, se ontem esta sessão não tivesse sido derrubada, não estaríamos aqui aprofundando as discussões, como V.Ex^a mesmo propõe e todos os deputados que assumiram à tribuna, também propõe.

Semana passada procurei o Líder do governo, deputado Zé Neto, na presença do secretário Carlinhos, Dr. Carlos, e do Dr. Geraldo para propor dispensa de formalidades para a aprovação deste projeto, aqui. Porque entendia, naquele momento – sem ter aprofundado a discussão –, que caberia ao governador eleito apresentar sua reforma administrativa.

Caso houvesse erros na execução dessa política que ele está querendo implementar, nós, da Oposição, teríamos argumentos para criticá-lo. Fizemos o que V.Ex^a fez, e os reclames da população não estão sendo atendidos.

Depois, que aconteceram vários impasses, o deputado Zé Neto tentou naquele dia, e eu propus publicitando o que nós conversamos Deputado Zé Neto, a única coisa que eu quero é que a Câmara Municipal tenha o mesmo comportamento com o projeto do prefeito ACM Neto. Cabe ao gestor apresentar, à Câmara e à Assembleia votarem, e a população julgar depois quem errou e quem acertou.

Após esse episódio que eu propus e ficou acordado – é importante para que fique bem claro, porque foi aprovada a reforma do prefeito ACM Neto ontem–, ele não conseguiu o que eu queria naquele dia. E ao aprofundarmos, vimos que havia uma série de irregularidades. V.Ex^a propôs o aprofundamento.

É uma pena, Sr. Presidente, que não tenhamos a votação da reforma administrativa em dois turnos. Porque se tivéssemos em dois turnos, proporia de imediato votar e abrir um canal de diálogo, conforme o presidente propôs. É o que queremos.

Deputado Zé Neto, tenha certeza absoluta – estou falando em nome da

Oposição – de que em nenhuma hipótese criaríamos embaraço para uma reforma administrativa de um governador que foi eleito democraticamente pelo povo da Bahia, no primeiro turno.

Estamos querendo dar garantia. Porque não temos uma decisão já tomada, Sr. Presidente, inclusive com a Justiça do Trabalho, que deixa um passivo, do ano retrasado, de cinquenta milhões da Bahiatursa. Quem é que vai pagar isso? Cadê a URV?

Este é o tema que gostaríamos de aprofundar.

Quero parabenizar as colocações de V.Ex^a. Não é à toa que V.Ex^a é indicado pela imprensa, por vários anos seguidos, como um dos melhores parlamentares desta Casa. Espero que V.Ex^a continue com esse posicionamento na futura presidência deste Poder Legislativo.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado.

Antes de declarar encerrada a sessão, lembro de que há uma sessão convocada para um minuto após o encerramento desta para votar os projetos citados anteriormente.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*